



## Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 22 de julho de 2020

# As ambições ambientais da UE requerem um Fundo para uma Transição Justa mais baseado no desempenho, aconselha o Tribunal de Contas Europeu

Segundo um parecer publicado hoje pelo Tribunal de Contas Europeu, é necessário que a proposta recentemente alterada relativa ao Fundo para uma Transição Justa (FTJ) estabeleça uma ligação mais clara com os objetivos climáticos e ambientais da UE. Embora sejam disponibilizados recursos adicionais significativos para ajudar a concretizar a transição para uma economia com impacto neutro no clima até 2050, o financiamento deve basear-se mais nas necessidades e orientar-se mais para o desempenho. O Tribunal alerta que, caso contrário, corre-se o risco de não ocorrer a necessária mudança estrutural e de a transição para uma economia verde ter de ser novamente financiada.

As propostas legislativas que instituem o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) visam apoiar a transição da UE para uma economia com impacto neutro no clima até 2050, abordando os impactos sociais, económicos e ambientais nos setores e regiões prejudicados. Foram inicialmente atribuídas dotações orçamentais no montante de 7,5 mil milhões de euros (a preços de 2018). Devido ao surto de COVID-19, a Comissão Europeia alterou a sua proposta e aumentou significativamente o financiamento em 32,5 mil milhões de euros, provenientes principalmente do Instrumento Europeu de Recuperação. No entanto, ontem, o novo plano orçamental acordado cortou o FTJ em 20 mil milhões de euros.

O Tribunal salienta que a Comissão não realizou uma avaliação de impacto prévia com que fundamentar o montante alterado. Uma boa análise das necessidades é essencial tanto para garantir uma melhor distribuição dos recursos financeiros da UE, como para estabelecer metas e quantificar os objetivos a atingir. Este ponto ganha maior importância por a proposta prever financiamento adicional para regiões que já receberam montantes destinados à modernização energética a partir de outros fundos específicos.

*"O Fundo para uma Transição Justa é um instrumento-chave do Pacto Ecológico Europeu, de forma a garantir que a transição para uma economia com impacto neutro no clima ocorre de forma justa, sem deixar ninguém*

*O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do parecer adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em [www.eca.europa.eu](http://www.eca.europa.eu).*

## ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxemburgo

E: [press@eca.europa.eu](mailto:press@eca.europa.eu) @EUAuditors [eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)

*para trás", afirmou Nikolaos Milionis, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo parecer. "No entanto, a Comissão deve certificar-se de que a nova proposta legislativa, juntamente com os planos territoriais de transição justa que irá aprovar, têm um quadro de desempenho sólido que permita concretizar os ambiciosos objetivos da UE".*

O Tribunal observa também que a ligação entre o desempenho e o financiamento é relativamente débil. O método de afetação proposto proporciona poucos incentivos para a alteração profunda, significativa e estrutural necessária para concretizar os objetivos climáticos da UE. Além disso, embora sejam propostos indicadores comuns de realizações e de resultados, estes não captam claramente o objetivo de abandono progressivo dos setores com elevadas emissões de dióxido de carbono. O Tribunal afirma que existe, assim, um risco significativo de que o FTJ não contribua para eliminar a forte dependência de algumas regiões em relação a atividades com elevadas emissões de dióxido de carbono.

### **Nota aos diretores das publicações**

Em dezembro de 2019, a Comissão Europeia publicou o Pacto Ecológico Europeu, de que o FTJ é parte integrante. A proposta de janeiro de 2020 previa que este Fundo recebesse cerca de 7,5 mil milhões de euros de novos montantes da UE. Em maio de 2020, devido ao surto de COVID-19, a Comissão alterou a sua proposta, aumentando o apoio para 40 mil milhões de euros. As conclusões da reunião do Conselho Europeu de 17-21 de julho levaram à redução deste orçamento para 20 mil milhões de euros.

Este parecer limita-se às propostas relativas ao FTJ e complementa, em especial, o [Parecer nº 2/2020](#) do Tribunal, recentemente publicado, sobre a proposta alterada da Comissão, de 14 de janeiro de 2020, relativa ao Regulamento Disposições Comuns, bem como o [Parecer nº 4/2020](#) sobre a proposta alterada da Comissão, de maio de 2020, sobre o Regulamento Disposições Comuns para o período de programação de 2021-2027. Deverá ainda ser publicado, mais tarde este ano, um parecer sobre o mecanismo de crédito ao setor público ao abrigo do Mecanismo para uma Transição Justa.

O TCE contribui para a melhoria da governação financeira da UE através da publicação de pareceres sobre propostas de legislação nova ou alterada com impacto financeiro. Estes pareceres proporcionam uma avaliação independente das propostas legislativas realizada pelo auditor externo da UE. Em 2019, o Tribunal publicou uma [síntese das observações](#) sobre as propostas de 2018 da Comissão para o próximo QFP.

A base jurídica da proposta da Comissão torna a consulta do TCE obrigatória, pelo que o Parlamento Europeu e o Conselho escreveram separadamente ao Tribunal para obter a sua opinião.

O parecer nº 5/2020 do TCE sobre as propostas da Comissão, de 14 de janeiro de 2020 e de 28 de maio de 2020, relativas ao Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Fundo para uma Transição Justa está atualmente disponível no sítio Internet do TCE ([eca.europa.eu](http://eca.europa.eu)) em inglês; estará brevemente disponível também noutras línguas.

Pode consultar [aqui](#) as informações sobre as medidas que o Tribunal adotou em resposta à pandemia de COVID-19.

### **Contactos de imprensa para o presente relatório**

Vincent Bourgeais – E-mail: [vincent.bourgeais@eca.europa.eu](mailto:vincent.bourgeais@eca.europa.eu)

Tel.: (+352) 4398 47502 / Telemóvel: (+352) 691 551 502